



OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
OPY Serviços Hospitalares S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OPY Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OPY Serviços Hospitalares S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício comparativo

Não fomos contratados para auditar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 9 de março de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021		Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2021	
		31/12/2022	(Não auditado)			31/12/2022	(Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.312	1	Fornecedores	6	3.554	-
Contas a receber	4	3.524	-	Fornecedores - Confirming	6	199	-
Impostos a recuperar	5	158	-	Obrigações trabalhistas	7	459	-
Outros ativos		45	-	Dividendos a pagar	9	279	-
				Impostos e contribuições a recolher		337	-
		9.039	1			4.828	-
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		287	-	Capital social	9	3.601	1
				Reserva legal		59	-
		287	-	Reserva de lucros		838	-
						4.498	1
Total do ativo		9.326	1	Total do passivo e patrimônio líquido		9.326	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Receita líquida dos serviços prestados	10	12.129	-
Custo de serviço prestado	11	(7.227)	-
Lucro bruto		4.902	-
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(3.219)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		1.683	-
Receita financeira		152	-
Despesa financeira		(6)	-
Resultado financeiro, líquido	12	146	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.829	-
Corrente	13	(653)	-
Lucro líquido do exercício		1.176	-
Resultado básico e diluído por ação	14	0,33	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	<u>1.176</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do exercício	<u><u>1.176</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>			<u>Total Patrimônio Líquido</u>
		<u>Integralizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Aumento capital social	9	3.600	-	-	-	3.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.176	1.176
Constituição de reserva legal	9	-	59	-	(59)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatório	9	-	-	-	(279)	(279)
Reserva de lucros	9	-	-	838	(838)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>3.601</u>	<u>59</u>	<u>838</u>	<u>-</u>	<u>4.498</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais			(Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.829	-
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Ajuste a valor presente	6	(10)	-
		1.819	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	4	(3.524)	-
Impostos a recuperar	5	(158)	-
Fornecedores	6	3.554	-
Imposto de renda, contribuição social	8	(363)	-
Obrigações trabalhistas	7	459	-
Impostos a recolher		337	-
Outros ativos e passivos		(45)	-
		2.079	-
Caixa gerado da atividades operacionais		2.079	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	8	(290)	-
		1.789	-
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado		(287)	-
		(287)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Fornecedores e prestadores de serviços - "Confirming"	6	209	-
Integralização de capital	9	3.600	-
		3.809	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		3.809	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		5.311	-
Caixa e equivalentes no início do período		1	1
Caixa e equivalentes no final do período		5.312	1
		5.311	-
Varição do caixa e equivalentes de caixa		5.311	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OPY Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia"), foi constituída em 24 de agosto de 2020, atualmente com sua sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 1098, Sala 57, Edifício It Office, Itaim Bibi, São Paulo - SP, tendo como objeto social atividades de apoio à gestão da saúde hospitalar e laboratorial. O capital social inicial da Companhia, subscrito na data da sua constituição, foi de 1.200 ações, correspondente a R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), e teve suas atividades iniciais em 1º de junho 2022.

Em 08 de junho de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a abertura de uma filial da Opy Serviços Hospitalares S.A ("Companhia"), no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua X-016, Qd.212, lote 2, sala 60, Sítio Santa Luzia, Cep: 74.922-800.

Em 10 de junho de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social em R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), mediante a emissão de 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizadas.

O capital social da Companhia passou a ser R\$ 3.601.200,00 (três milhões, seiscentos e um mil e duzentos reais), mediante a emissão de 3.601.200 (três milhões, seiscentas e uma mil e duzentas) ações ordinárias nominativas.

Contrato de Prestação de Serviço

A OPY Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia"), assinou em 26 de setembro de 2022 o contrato de prestação de serviços de gestão, administrações e acompanhamento de serviços não assistenciais junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP ("Hospital") por intermédio da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, com vigência de 48 meses (quarenta e oito) contados a partir de 1º de junho de 2022.

A companhia assumiu compromisso em seu contrato de Prestação de Serviços que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto do contrato; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados, vigilância desarmada, agentes de portaria, bombeiros civis, higienização hospitalar, hotelaria, jardinagem etc.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Detalhes sobre as consistências das práticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

A Administração têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, no momento em que tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Uso de Julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às práticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.5.1 Perdas de créditos esperado

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A provisão para perdas de créditos esperado é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas incorridas e perdas esperadas.

2.5.2 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 16 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.6 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Hospital Municipal de Goiânia – HMAP referente às prestações de serviços mensais.

2.6.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, são créditos relacionado aos serviços prestados pela Companhia e serão consumidos a medida em que for gerado os respectivos débitos tributários.

2.6.4 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens,

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“impairment”).

2.6.5 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.6.6 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação da Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias.

Confirming

Os fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de “Fornecedores – confirming”. Embora para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculados às faturas originalmente emitidas.

2.6.7 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços prestados. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.6.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os montantes dos impostos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.6.9 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas da operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de prestados ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Referem-se à receitas de prestação de serviços administrativos, gestão e acompanhamento de serviços não assistenciais, com o objetivo de remunerar atividades como (i) vigilância desarmada, agentes de portaria e bombeiros civis; (ii) manutenção predial; (iii) higienização hospitalar, hotelaria e jardinagem; (iv) engenharia clínica; e (v) manutenção preventiva e corretiva do sistema de gases medicinais.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente de tarifas bancárias e juros. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.6.10 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.6.12 Arrendamentos e direito de uso

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. O principal contrato de arrendamento da Companhia refere-se à locação de veículo de curto prazo e baixo valor motivo pelo qual não foi aplicada a norma.

2.7 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou e ainda não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porque entente que não haverá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro de 2023; e

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Caixa	1	1
Bancos	1.349	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	<u>3.962</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.312</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média (12 meses) 101,42% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 CONTAS A RECEBER

Referem-se aos recebimentos mensais dos contratos de prestação de serviços de clientes privados, com vencimento mensal.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (a)	<u>3.524</u>	<u>-</u>
	<u>3.524</u>	<u>-</u>

- a) Refere-se às contas a receber junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, entidade privada conforme contrato de prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistencial do hospital com vigência de 1º de junho de 2022 a 1º de junho de 2027.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui contas a receber dado como objeto de garantias de dívidas.

A Administração da Companhia, revisam a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais.

O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2022, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Valores a Vencer	1.601	-
Vencidos		
De 1 a 180 dias	1.923	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	-
	<u>3.524</u>	<u>-</u>

5 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
PIS/COFINS	153	-
Outros	5	-
	<u>158</u>	<u>-</u>

Esses créditos estão relacionados aos serviços prestados e serão consumidos à medida em que gerar os respectivos débitos tributários.

6 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como não circulante.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Fornecedores - confirming (a)	209	-
Ajuste valor presente - confirming	(10)	-
Fornecedores – terceiros	3.554	-
Total	<u>3.753</u>	<u>-</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 16.

- (a) Fornecedores “confirming”: A companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “fornecedores confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,24% e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação Fornecedores Confirming

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores confirming	-	209	-	209
Total	-	209	-	209

7 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A rubrica de obrigações trabalhista e previdenciárias no montante R\$ 459 representa os valores a pagar aos seus colaboradores e demais encargos sociais e trabalhistas conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Salários a pagar	225	-
Encargos Sociais a pagar	105	-
Férias a pagar	129	-
Total	459	-

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Provisão impostos	474	179	653
Compensação impostos	(229)	(134)	(363)
Pagto impostos	(245)	(45)	(290)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2022	-	-	-

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 14.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	Quantidade de ações - Subscritas	Capital social R\$
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	<u>1.200</u>	<u>1.200</u>
	Quantidade de ações - Subscritas	Capital social R\$
Em 31 de dezembro 2022	<u>3.601.200</u>	<u>3.601.200</u>

Conforme assembleia geral extraordinária realizada em 10 de junho de 2022 foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil reais), mediante emissão de 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações da Companhia estão representadas da seguinte forma:

	Quantidade de ações - milhares	Participação
OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	<u>3.601.200</u>	<u>100%</u>

Dividendos

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

10 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Receita dos serviços prestados	14.012	-
	14.012	-
Impostos sobre serviços e outras deduções		
PIS	(231)	-
COFINS	(1.065)	-
ISSQN	(587)	-
	(1.883)	-
Total da receita líquida	12.129	-

11 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Materiais e serviços	(7.218)	-
Gasto com pessoal	(1.519)	-
Serviços de terceiros	(1.550)	-
Consumíveis e outros	(113)	-
Aluguéis	(31)	-
Despesa Tributária	(15)	-
	(10.446)	-
Custo de serviço prestado	(7.227)	-
Despesas gerias e administrativas	(3.219)	-

12 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	142	-
Ajuste a valor presente	10	-
	152	-

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(6)	-
	<u>(6)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>146</u>	<u>-</u>

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.829	-
Alíquota Nominal	34%	34%
Tributos calculados às alíquotas nominais	<u>622</u>	<u>-</u>
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:		
Adições Temporárias	31	-
	<u>31</u>	<u>-</u>
	<u>653</u>	<u>-</u>
Corrente	(653)	-
	<u>(653)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	35,70%	0,00%

14 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Numerador		
Resultado líquido do exercício	1.176	-
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>3.601</u>	<u>-</u>
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,33</u>	<u>-</u>

15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

Receita de Serviços Prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
OZN Health SPE S.A (a)	<u>1.162</u>	<u>-</u>
	<u>1.162</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela OZN Health..

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$ 240 em 31 de dezembro de 2022.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

		31/12/2022			
		Valor Contábil		Total	Valor Justo
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		1.350	3.962	5.312	1.350
Contas a receber de clientes		-	3.524	3.524	-
		1.350	7.486	8.836	1.350
Passivos					
Fornecedores, incluindo confirming		-	3.753	3.753	-
		-	279	279	-
		-	4.032	4.032	-

	31/12/2021			Valor Justo Nível 1
	Valor Contábil		Total	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	1
	1	-	1	1

17 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seus ativos financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, (ver notas explicativas nº 3).

Passivos

A companhia não está exposta a riscos relativos à variação de taxa de juros em função de não ter captado financiamentos durante o exercício de 2022 e 2021.

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2022.

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 19 de janeiro de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	0,13650	0,13650	0,06825	0,10238	0,17063	0,20475
Ativos financeiros							
Operação	Risco	31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	3.962	3.962	3.692	3.827	4.097	4.232
		3.962	3.962	3.692	3.827	4.097	4.232
	Efeito de ganho (perda)		-	270	135	(135)	(270)

(b) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

18 SEGUROS (Não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre responsabilidade civil dos seus serviços prestados, apólice de seguros referentes aos riscos contratados está demonstrada no quadro abaixo:

31/12/2022				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Austral Seguradora S/A	Resp. Civil	024612022000203510000146	nov/2022 a nov/2023	5.000

19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

20 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2023.

DIRETOR PRESIDENTE

Otávio Ferreira da Silveira

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC - 1SP-286064/O-3